

(RE)CONSTRUÇÃO DO SABER E BIOPOLÍTICA: AS IMPLICAÇÕES DESSE ANTAGONISMO NA CONTEMPORANEIDADE

Marcos Vinícius Santos Silva¹

Resumo: A (re) construção do conhecimento é uma tarefa orgânica, na dinamicidade da vida humana, significada sócio, histórica, política, filosófica, cultural e antropologicamente. Sob tal perspectiva, reitera-se que, no sentindo ontológico da própria existência humana, na ação dialética instituída entre homem e natureza, a linguagem articulou-se como estratégia de sociabilidade, como ferramenta inerente à condição do homem, em suas adjacências humanizantes. Logo, ratifica-se que, os saberes, frutos dessa linguagem articulada, metamorfoseiam-se, no curso da história, implicando, de maneira substancial, na configuração das relações sociais. Assim sendo, este ensaio teórico intenta-se discutir sobre a construção do saber, na contemporaneidade, em interface com a biopolítica, no campo epistemológico, e as implicações dessa relação antagonica. Essa discussão é resultado de uma revisão teórica sobre autores dos universos sociológico/filosófico e linguístico/literário, tendo como questionamento central: qual o lugar da língua e da literatura no ancoramento desse debate epistêmico, substanciado nos postulados da Sociologia (e, as complementaridades da Antropologia) e da Filosofia? Utilizou-se como recurso metodológico, a leitura analítica sobre a bibliografia elencada, destacando os elementos relevantes à discussão. Por fim, elucidada-se que a (re) construção do saber, através da linguagem articulada, está trincada dialeticamente aos sujeitos, espaços e tempo. Nesse quesito, destaca-se a biopolítica como uma das manifestações de controle a esse saber predisposto. De outra maneira, esse saber instituído, quando transcendente às correntes da biopolítica, entendida como dispositivo de poder (na filosofia foucaultiana, é a ideia mestra que cerceia qualquer idealização de justiça universal),

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/UNEB). Pesquisador na linha 1, Literatura, Produção Cultural e Modos de Vida, orientando do Prof. Dr. Arivaldo de Lima Alves. Endereço eletrônico: vinciussilva.as@gmail.com.

compõe-se de arsenal estruturante às práticas e concepção fincadas nas rupturas e descontinuidades com hegemonias. Compreendo, assim, um agrupamento de catálises despadronizantes e condicionantes a uma nova sociabilidade.

Palavras-Chave: Saber. Linguagem. Condição Humana. Biopolítica.

INTRODUÇÃO

Desdobrar esforços críticos reflexivos sobre as epistemologias próprias à dinamicidade da vida humana, institui-se tarefa refutável, dada a complexidade dos processos demandantes a essa condição, ou em decorrência das várias hermenêuticas atribuídas. Ou seja, pensar sobre o homem, sujeito político por natureza, e nos atributos que lhe facultam tal determinação, a exemplo da linguagem e dos saberes manifestos, requer investidas epistêmicas sobre campos plurais, em primazia de uma interseccionalidade interpretativa, coligindo esforços e direções sobre os campos das ciências humanas e sociais, em interface com a Linguística e a Literatura, corroborando, portanto, com a profundidade conceitual requisitada.

No âmago dessa apreciação, faz-se necessário compreender o sujeito humano numa perspectiva ontológico social; partindo do pressuposto de que, os fatos se dão no curso da história, e essa história é motriz substancial da sociedade (HELLER, 2000). Ou melhor, é axiomático aludir que as reverberações adjacentes desse humanar, não são trincadas de meras previsibilidades, mas de (re) construções concebidas no cotidiano social. Ou seja, essa ambiência é passível de sociabilidades, postas e repostas, condicionadas a elementais ressignificações, visto que as atividades humanas não são estáticas. O homem é, portanto, sujeito da/na história. Outrossim, é natureza historicamente (auto)transformada (BRAZ; NETTO, 2010).

Os investimentos analíticos sobre as faculdades inerentes ao homem, como ser social, sócio ontologicamente fundado, exploram argumentos amplamente constituídos, que delineiam e reputam as

variabilidades, dialeticamente, produzidas e reproduzidas. Aqui, cabe o destaque sobre a linguagem (ou, as linguagens), concebida como uma das ferramentas e catálise na ideação da multiplicidade do conhecimento humano. É, também, estratégia de sociabilidade, ferramenta inerente à condição do homem, em suas adjacências humanizantes.

No processo de humanização, o trabalho, como ação posta em dialética, protagoniza-se como objetivação primária e ineliminável do homem, ser social (BRAZ; NETTO, 2010). Isto é, essas formas de objetivação formam as representações inerentes e que estruturam o processo de humanização, dentre elas ganham destaque a linguagem articulada e, como resultado, os saberes constituídos. O homem é, portanto, síntese dessas determinações estruturais, nas quais a linguagem dimensiona-se.

A linguagem, constructo das ideações humanas, compõe-se de um sistema de signos. Para além da capacidade de comunicação, é ferramenta potencializadora à concepção dos saberes e na construção das relações, mediadas sob um poder, sócio e politicamente, estabelecido. Logo, se conjectura que, esse campo semiológico, presume-se das valises tecidas nas ciências que lhe inferem propósitos analíticos, nas quais sublinham-se a Linguística, Literatura, Sociologia, Antropologia e Filosofia. Partindo desse pressuposto, essa exposição ancora seu debate sob a questão central, *qual o lugar da língua e da literatura no ancoramento desse debate epistêmico, substanciado nos postulados da Sociologia (e, as complementaridades da Antropologia) e da Filosofia?*

Para construção dessa exposição foi empreendida uma revisão bibliográfica, partindo de um esforço analítico na identificação de alternâncias epistemológicas, que apresentassem ferramentas à conclusão da questão em evidência. A aplicação desse recurso metodológico possibilitou a concepção de dois eixos epistêmicos: “A ontologia do trabalho e as predicções humanas” e “A linguagem e as valises do ser social: entre a biopolítica e uma nova sociabilidade”.

No primeiro eixo, discute-se sobre as imbricações no campo do trabalho; especificamente, as inerências ontológicas e as objetivações humanas. Busca-se uma investigação sobre os postulados marxistas, que robustecem esse debate, trazendo o destaque do trabalho na sociabilidade do ser social. Já o segundo eixo, apresenta uma reflexão a respeito da linguagem e a (re) construção dos saberes e sua interface com a biopolítica, inferindo sobre os movimentos de poder, postos nessa relação, e seus confrontamentos à necessidade de uma nova sociabilidade.

Isso posto, este ensaio teórico objetiva-se discutir sobre a construção do saber, na contemporaneidade, em interface com a biopolítica, no campo epistemológico, e as implicações dessa relação antagônica.

A ONTOLOGIA DO TRABALHO E AS PREDICAÇÕES HUMANAS

As direções reflexivas sobre o trabalho, desde sua perspectiva ontológica às novas morfologias, perpassam campos dissidentes. O trabalho, enquanto ação refletida, é uma atividade essencialmente humana; condição esta, ao passo que é tarefa necessária em qualquer tempo e/ou contexto. Assume, portanto, determinações históricas nos mais variados modos de produção da existência humana (FRIGOTTO, 2008). Sob objetivação conceitual primária, é dado a partir da relação homem/natureza, através da mediação, regulação e controle sobre os bens naturais, bem como orientada para produzir valores de uso (MARX, 2014). O trabalho produz e reproduz as condições materiais e culturais (em sentido amplo) da condição humana, mas produz e reproduz sempre no âmbito da história. Assim, assume o sentido de veículo à vida, garantindo a sobrevivência da espécie humana, nos âmbitos empírico e racional.

O trabalho é central aos aprimoramentos da condição humana; ao passo que, o homem ao transformar a natureza, à satisfação das demandas para sua sobrevivência, autotransforma-se, constituindo,

assim, seu movimento dialético. Ou seja, toda essa dinâmica catalisa-se em uma transformação do modo de pensar desse novo sujeito, a partir das metamorfoses postas, das quais ganham destaque a linguagem e seus saberes provenientes.

Essas discussões sobre a categoria trabalho ratificam, de forma veemente, a própria centralidade e constituição do homem, enquanto um ser social, dotado de universalidade e com atribuições teleológicas (MARX, 2014; NETTO; BRAZ, 2010). O trabalho, isso posto, possui íntima relação com os modos de ser desse homem e sobre a sociedade, até porque, é esboço crucial para a fundamentação do humano-social. Logo, configura-se, nesse espaço, a dimensão ontológica do trabalho (ANTUNES, 2009; LUKÁCS, 1978).

O processo de constituição do ser social tem seu ponto de arranque nas peculiaridades e exigências colocadas pelo trabalho; a partir dessas exigências [...], os sujeitos do trabalho experimentam um multimilenar processo que acaba por distingui-los da natureza: o processo de *humanização*. Aquelas exigências vão se tornando cada vez mais complexas e se tornam também mais complexas as objetivações daqueles sujeitos e suas interações com os outros sujeitos. Essa crescente complexidade, requer e oferece, simultaneamente, condições para um desenvolvimento específico desses sujeitos, desenvolvimento que, pouco a pouco, configura a estrutura do ser social (NETTO; BRAZ, 2010, p. 40). *Grifo original*.

O processo de humanização do ser social é a diferenciação e a complexificação das suas objetivações. A partir do trabalho ampliam-se os aspectos determinísticos desse processo humano, pois o sujeito se particulariza, porque é capaz de realizar atividades teleologicamente orientadas, objetivar-se material e idealmente, comunicar-se e expressar-se através de uma linguagem articulada, tratar suas atividades e necessidades de modo reflexivo, consciente e, quando tratando de si mesmo, de maneira autoconsciente; universalizar-se e socializar-se. Outrossim, “o ser social é a síntese dessas determinações estruturais” (NETTO; BRAZ, 2010, p. 41).

Mesmo o trabalho sendo elemento constituinte do ser social, é importante, ressaltar que o ser social não se esgota ou reduz no trabalho. Ao contrário, quanto mais se desenvolve, mais suas objetivações se complexificam (NETTO; BRAZ, 2010). É nesse campo de transcendência ao universo do trabalho, que categoriza-se a *práxis*. A *práxis* envolve o trabalho, mas ultrapassa esse limiar, ao passo da inclusão de todas as objetivações humanas. Pode-se ratificar, então, que o trabalho é a protoforma da *práxis* social (ANTUNES, 2009).

A *práxis* do trabalho está intimamente relacionada com sua dimensão teleológica. A atividade, acrescida de uma finalidade, de uma concepção que antecede seu ato; através das posições teleológicas subjetivas, tem a primazia de constituir ação entre os seres sociais. Contudo, à luz das teorias marxistas, toda a *práxis* é “[...] uma atividade, mas nem toda atividade é uma *práxis*. [...] É, portanto, uma atividade humana que se orienta conforme a fins, e esses só existem através do homem, como produtos de sua consciência” (SÁNCHEZ VÁSQUEZ, 2011, p. 221).

A LINGUAGEM/AS LINGUAGENS E AS VALISES DO SER SOCIAL: ENTRE A BIOPOLÍTICA E UMA NOVA SOCIABILIDADE

Dentre os elementos inerentes à representação humana, destaca-se a linguagem como atributo performático dessa condição. No conjunto das predicções humanas, a linguagem dimensiona-se de sobremaneira multiforme e heteróclita (SAUSSURE, 2006). É, também, um campo de duplicidades, constituídas dialeticamente, a partir das derivações — articulatória/acústica, do som/do sentido, do indivíduo/da sociedade, da língua/da fala, do material/do não-substancial, do "memorial" (paradigmático)/do sintagmático, da identidade/da oposição e do sincrônico/diacrônico (BENVENISTE, 1976).

Das variadas conotações epistemológicas, traduz-se ao seu significado o uso de signos intersubjetivos, que possibilitam a comunicação (ABBAGNAMO, 2012). Nesse aspecto, a linguagem desvela-

se num campo semiótico, ou seja, na complexificação dos signos interpostos. É, conjuntamente, como uma das objetivações humanas, um sistema de faculdades sociais e individuais. Nesse aspecto, no campo social, está intrincada como elemento de mediação às relações; no âmbito individual, está condicionada ao sujeito que a tem em propriedade, revelando-se, portanto, sua dimensão subjetiva.

A linguagem está na natureza do homem, como mencionado nas discussões que enveredam o campo da Sociologia do Trabalho; no cerne ontológico, compõe o arcabouço das objetivações humanas. É constituída de valores simbólicos, sob notas culturais, sociais e políticas. Iguamente, de aspectos linguísticos e não linguísticos, reproduz-se, também, nas performatividades; uma vez que, provoca e é provocada através de comportamentos. É, portanto, um sistema de produção de valores, expressos nos signos e saberes representados. Se constitui como sistema social e histórico de representação do mundo. Tem como consequência pragmática a própria comunicação. Compõe-se, portanto, de formas sociais de comunicação e significações.

Dentro de um sistema linguístico, a linguagem é determinada por um rol de elementos, tais como a língua, performances enunciativas, aparatos verbais e não verbais, coligindo em signos estabelecidos. Sob traço relacional, estrutura-se sob representação política. Ou seja, os saberes constituídos, como reflexos dos signos, postos através da linguagem, enunciados nos atos comunicativos, são dotados de intencionalidades, são esboços políticos. Assim sendo, ancorar esse debate sobre o saber construído, numa seara linguística, e primordialmente sociopolítica, requisita investimentos epistêmicos, que perpassam os mais variados campos do conhecimento.

As evocações da linguagem, quando em perspectivas as predicções humanais, delatam reflexões sobre o próprio contexto das relações produzidas. Nesse aspecto, vale-se revelar que, sob a hermenêutica foucaultina, os saberes e formas de exercício do poder afiguram e delineiam os processos de subjetivação e os modos de ser do

homem, são condicionados historicamente, num campo de transmutabilidade (FOUCAULT, 1995). O autor ratifica que, é o poder, sob aspecto disciplinar, quem configura as possibilidades originárias a todos os saberes sobre o/do homem, num campo micro individual; pensando que, a disciplina pressupõe, antes de tudo, um processo analítico. E, é na biopolítica, na ampliação da dimensão disciplinar, que o poder desdobra-se na sociedade — corpo social a regular. Assim sendo, a biopolítica destaca-se nesta exposição, entendida como dispositivo estratégico e forma regulatória de análise, controle e modificação da vida.

A biopolítica é uma corrente que presume o homem como uma invenção do poder (CARMO, 2009), ou melhor, como uma objetivação do saber científico, mensurado à ordem de unidade de manipulação, dado que o pensamento científico converte a opinião pela verdade e “[...] o diálogo é substituído por uma política de autoclausura” (ORTEGA, 2004, p. 13). É, portanto, um fenômeno político e científico, tencionado numa dimensão de coletividade, uma vez que seus efeitos poderão tornar-se pertinentes no nível das massas.

Assim sendo, o saber construído sob a lógica da biopolítica, tendencialmente, atenderá a uma ordem vigente, visto que assume presunções manipulatórias. Pensar o saber, constructo da linguagem, enunciado nos atos comunicativos, também como estratégia mediadora das relações, em interface com os tecidos regulatórios da biopolítica, tangencia um cenário evidentemente paradoxo. O que permite, de igual esforço, ampliar tal reflexão ao escopo da própria sociedade e suas sociabilidades.

Sob a lógica foucaultiana, é a informação, enunciada através da comunicação, o mecanismo relevante de aquisição e manutenção de poder (FOUCAULT, 1977; 1979; 1984). Isso posto, adjudica-se que o saber, conhecimento construído nos processos da linguagem, é potência no campo das relações, também caracterizadas como arenas de poder. Nesse aspecto, Foucault investe uma reflexão sobre o campo genealógico do poder. A genealogia pode ser entendida como “o acoplamento do

conhecimento com as memórias locais, que permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização deste saber nas táticas atuais” (FOUCAULT, 1979, p. 97). A atividade genealógica ativa saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia depurá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, resultante de uma ordem hegemônica vigente.

Trata-se da insurreição dos saberes contra os efeitos do poder centralizador que está ligado à instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado no interior de uma sociedade. A genealogia seria um empreendimento para libertar da sujeição os saberes históricos, constituídos na linguagem; isto é, torná-los capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso manipulatório, unitário, formal e tendencioso (FOUCAULT, 1979, p. 97).

A reflexão sobre o saber construído no curso da história, reflexo também dos processos de subjetivação, incita sobre a necessidade de ruptura com essas normas e tessituras padronizantes, atinentes à uma ordem centralizadora. Pensar a constituição dessas multiplicidades epistêmicas nos campos social e subjetivo, requisita, de igual esforço, movimentos protagonizantes dos sujeitos, como constituintes de suas histórias. Pensar essa sociabilidade, requer a insurreição de uma democracia do saber, que antagonize o debate sobre movimentos excessivamente coercitivos e regulatórios, constructos de uma biopolítica, sob inibição das predicações humanantes.

A re-construção desse campo ocorre no cotidiano (HELLER, 2000), na reafirmação de um saber universal, na instauração de uma nova configuração de sociabilidade. Esse processo dar-se-á na vida cotidiana, a partir da estruturação de novas formas de pensamento, de produção e reprodução da existência dos sujeitos. Nesse sentido, para além dos desdobramentos particularizados, no que concernem as determinações próprias aos sujeitos e suas interfaces, vale-se, igualmente, de diretivas amplamente democráticas e democratizantes, que acentuem as

narrativas construídas, num plano universal, cunhadas nos processos vindos do cotidiano, em valoração das múltiplas combinações societais.

Assim sendo, posto que o conhecimento é o pensamento que resulta dos processos relacionais, de subjetivação e da mediação com os objetos da vida humana, instaurar uma seara que acentue nos variados cenários o fomento e desvelo sobre diretivas democratizantes, no campo da (re) construção do saber, e que reforcem nos sujeitos seus protagonismos, incitando sobre a necessidade de uma *práxis* estrutural à cessação desses engendramentos manipulatórios, é tarefa primaz. Reconstruir os signos e sentidos atribuídos é ferramenta direcional, ao empoderamento dos sujeitos e seus saberes subordinados, reconfigurando, portanto uma nova ótica e realidade societal, ancorada e em primazia com os valores éticos e humanísticos.

CONCLUSÃO

As discussões travadas, nesse ensaio, foram dotadas de uma dupla intencionalidade, epistêmica e política. No campo epistêmico, por ampliar o debate sobre categorias teóricas de relevância às ciências análogas, e, no limiar político, por incitar a construção de novos paradigmas e entendimentos, que colijam representações, nas buscas de uma real e efetiva democratização do saber. Ou seja, na primazia por um saber (re)construído no cotidiano da vida e das representações, esboçado nos/pelos processos relacionais, elos vitais da (s) sociabilidade (s).

Assim sendo, pensar esse saber reconstruído, no plano da vida social, é, por natureza, um curso contra-hegemônico, ao passo que rompe com os engendramentos anuentes à biopolítica. Isso posto, incita-se que o constructo dessa condição é uma nova sociabilidade, alicerçada em estruturações democráticas e democratizantes, no reconhecimento das múltiplas valises nos processos epistemológicos, constituídos nas narrativas e vivências na/da vida popular. Todas essas direções coligem esforços à instauração de novos signos, que contraponham qualquer

movimento sob o imperativo de um saber hegemônico, imposto e dominante, por natureza.

A conformação do saber universal é prenúncio dessa sociabilidade. O lugar da língua e da literatura está na idealização de um signo contraposto às ordens centralizadoras; em analogia, com as ciências que, também, elucidam e fomentam os processos interacionais, na empirização de uma *práxis* emancipatória, que revele nos sujeitos, nas suas vivências e enunciados, as potencialidades e valorações, existentes por essência. O rompimento com esse saber dominante requisita uma investidura interdisciplinar, como se propõe nesse estudo, através dos direcionamentos reflexivos e práticos, das ciências, aqui, em evidência.

REFERÊNCIAS

ABBAGNAMO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. Trad. Alfredo Bosi. 6. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2. ed. São Paulo: BOITEMPO, 2009.

BENVENISTE, Emile. Saussure após meio século. In: BENVENISTE, Emile. *Problemas de linguística geral*. Trad. Maria da Glória Novak e Luiza Neri. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1976, p. 34-49.

CARMO, Miguel Angelo de Oliveira do. A ética diferencial de Michel Foucault: a questão do sujeito e do humanismo. In: *Polymatheia – Revista de Filosofia*. Fortaleza, v. 5(8), p. 232-247, 2009.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I. A vontade de saber*. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 11. reimp. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1977.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Trabalho. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio César França (Org.) *Dicionário de educação profissional em saúde*. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 6. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.

LUKÁCS, György. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. *Temas de Ciências Humanas*. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1978.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política – livro I*. Trad. Reginaldo Sant’Anna. 33. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

NETTO; José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma introdução crítica*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ORTEGA, Francisco. Biopolíticas de saúde: reflexões a partir de Michel Foucault, Agnes Heller e Hannah Arendt. In: *Interface Comunicação, Saúde, Educação*. São Paulo, v. 8, n.v14, p. 9-20, 2004.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. Charles Bally e Albert Sechehaye (Org.). 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Filosofia da Práxis*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.